

19.09.2017 – 14h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: **Universidade da Beira Interior**

Reitor da Universidade da Beira Interior, Prof. Doutor António Fidalgo

Pró-Reitora da Universidade da Beira Interior, Prof. Doutora Anabela Dinis

Recebidos por: Deputada Nilza de Sena (PSD, que presidiu à audiência), Margarida Mano (PSD), Álvaro Batista (PSD), Duarte Marques (PSD), Manuel Frexes (PSD), Porfírio Silva (PS), Palmira Maciel (PS), João Marques (PS), Ana Rita Bessa (CDS-PP) e Paula Santos (PCP).

Assunto: Subfinanciamento da Universidade da Beira Interior e explicação da não submissão da proposta de Orçamento para 2018 na plataforma da DGO.

Exposição: A Deputada Nilza de Sena (do PSD, que presidiu à audiência) cumprimentou os elementos da delegação, indicou a grelha de tempos da reunião e deu-lhes depois a palavra para uma intervenção inicial.

O Senhor Professor Doutor António Fidalgo, Reitor da Universidade da Beira Interior (UBI) agradeceu a audiência e expôs, em síntese, o seguinte:

O pedido de audiência prende-se com a não submissão de proposta de orçamento para 2018 da UBI na plataforma da [Direção Geral do Orçamento](#) (DGO), estando ciente da gravidade deste ato. O motivo da não submissão foi o facto de terem tido conhecimento do montante de atribuição orçamental, montante este que consubstancia uma «impossibilidade» para o normal funcionamento da UBI.

Em consequência, deu conhecimento de tal facto, telefonicamente, ao Senhor Ministro Manuel Heitor, enquanto ministro da tutela, e aguardou até ao último dia de submissão da proposta de orçamento por uma resposta.

Findo o prazo, e face à não obtenção de resposta, fez o presente pedido de audiência, tal como agendou uma reunião extraordinária na sua Universidade.

Concretizando o motivo da não submissão, referiu que há uma falha de 1 milhão e 230 mil euros, falha esta já verificada nos anos de 2016 e 2017, o que constitui uma clara suborçamentação.

Em consequência, resume o motivo da não submissão da proposta de orçamento a uma impossibilidade, considerando que o tem vindo a acontecer, ao nível do orçamento da UBI apenas permite que esta sobreviva, tendo já tido necessidade de recorrer às reservas financeiras desta.

Dada a palavra à Senhora Professora Doutora Anabela Dinis, Pró-Reitora da Universidade da Beira Interior, foi pela mesma referido que o anterior Conselho Geral fez um estudo sobre o subfinanciamento crónico da UBI, estando claro que as transferências do Orçamento de Estado (OE) sobre as despesas de pessoal apenas cobre 78% destas. Estas transferências não consideram o crescimento da Universidade, nomeadamente no que respeita ao consequente aumento do número de pessoal.

Referiu, ainda, que a «almofada» de que a UBI dispunha para fazer face a estas despesas já terminou, pelo que não é sustentável a perpetuação deste subfinanciamento.

Por fim, sublinhou que não obstante as dificuldades financeiras sentidas, a UBI está hoje no ranking das 150 melhores Universidades, devendo-se esta circunstância ao esforço dos seus docentes e alunos.

A Senhora Deputada Margarida Mano (PSD) cumprimentou o Senhor Reitor e a Senhora Pró-Reitora, começando por agradecer ao Reitor a coragem manifestada ao longo do último mês, clamando pela situação de injustiça descrita, e que consubstancia uma «situação de asfixia financeira».

Referiu que existe já uma solução estudada para esta situação pelo XIX Governo, pelo então Secretário de Estado do Ensino Superior, José Ferreira Gomes, e que estava pronta a ser usada, questionando o porquê de não ser feito recurso a ela.

Quanto ao contrato entre o Governo e a Universidade, referiu constar do mesmo que o Governo compromete-se a pagar as contratações. Ao mesmo tempo, as Universidades dispõem de um mecanismo de interajuda, o Fundo de Equilíbrio Financeiro constituído pelas Universidades, questionado se a UBI contribui para este fundo e se prevê a possibilidade de o usar em caso de não reforço que cubra o défice apontado.

Sublinhou que, mais grave do que o subfinanciamento das Universidades é a demissão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, quanto à distribuição do financiamento pelo território, reforçando uma desigualdade crescente, pois que não existe uma política estratégica quanto a esta matéria, reforçando a necessidade da sua existência.

Terminou, questionando como é que é possível que numa zona do território despovoadas e a perder alunos, a única Instituição do Ensino Superior capaz de atraí-los, seja objeto deste tratamento, não possuindo o devido financiamento.

O Senhor Deputado Porfírio Silva (PS) cumprimentou o Senhor Reitor e a Senhora Pró-Reitora, e começou por referir que já foi assumido publicamente pelo próprio Ministro da Ciência,

Tecnologia e Ensino Superior, que existe um subfinanciamento do Ensino Superior, tratando-se de uma dificuldade que tem continuado, apelando a que se olhe para os dados concretos, em sinal de respeito por estas instituições, ao invés de se entrar num mediatismo político.

Referiu que por estarmos a entrar num período de debate orçamental, não irá antecipar este mesmo debate.

As desigualdades territoriais e a repercussão que estas têm na oferta de formação é um problema que o país tem de enfrentar, estando este Governo a tentar fazê-lo em algumas vertentes, e sendo certo que o mesmo não se resolve num ano ou dois.

O Grupo Parlamentar do PS continua atento a algumas linhas de trabalho que tem sido expostas aqui na Comissão, nomeadamente a aposta nas Universidades existentes em zonas com menor densidade demográfica, em que as oportunidades de qualificação são especialmente importantes para não agravar estas desigualdades.

O diálogo entre o poder político e as Instituições do Ensino Superior assenta muito no diálogo coletivo, nomeadamente através do CRUP e do CCIPS.

Terminou, agradecendo o contributo trazido e a chamada de atenção para esta situação, a qual o seu Grupo Parlamentar irá acompanhar.

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) cumprimentou o Senhor Reitor e a Senhora Pró-Reitora e sublinhou, também, que não se trata de uma questão nova, não obstante a situação concreta assumir, hoje, contornos mais gravosos, nomeadamente em virtude do acumular dos anos. Em consequência, informou que o seu Grupo Parlamentar fez uma pergunta ao Ministro da tutela, com vista à obtenção dos devidos esclarecimentos.

Assim, partiu de [artigo de opinião de Gonçalo Velho, Presidente do Sindicato Nacional do Ensino Superior, publicada no jornal «Público»](#), do qual consta um ranking onde a UBI surge como a segunda universidade com um maior défice, a grande distância das suas congéneres, para referir que isto só pode significar uma de duas coisas: ou existe um problema de gestão, ou então de financiamento, conforme referido pelo Reitor.

Considerando a disparidade que existe, aponta como dois fatores de desbloqueio, o contrato de legislatura, em princípio um bom instrumento, quando os seus pressupostos assentem numa base correta; ou a solução avançada pelo Secretário de Estado do XIX Governo, ou seja, de alteração da fórmula de financiamento.

Terminou, questionando se o Senhor Reitor tinha conhecimento da existência de espaço, junto da tutela, para que aquilo que está no contrato de legislatura possa ser colmatado por transferências adicionais conhecidas à cabeça, para permitir esta falha, sem mexer no instrumento; ou não se não existe esta margem e a única forma possível passa pela alteração do financiamento. Questionou, ainda, se é realista ou alarmista pensar que a faculdade está a pôr em causa a qualidade do seu ensino, uma vez que possui mais alunos e verbas insuficientes.

A Senhora Deputada Paula Santos (PCP) cumprimentou o Senhor Reitor e a Senhora Pró Reitora, começando por sublinhar que o subfinanciamento não é um problema de hoje, havendo um longo caminho a percorrer para solucionar este problema.

Do que foi exposto pelo Senhor Reitor resultou que as transferências do Orçamento Estado não cobrirão as despesas do dia-a-dia da UBI, o que significa que algo não está bem e terá de ser corrigido.

Referiu que o Grupo Parlamentar do PCP já apresentou uma proposta para fixar os critérios de financiamento das instituições de ensino superior de forma a garantir o financiamento via Orçamento de Estado para o funcionamento e para a qualidade. Salientou a importância da UBI na região em que se insere, no sentido da sua dinamização e combate à desertificação.

Expôs ser necessária uma lei nova com critérios que olhem para as especificidades e necessidades das universidades.

Referiu, depois, que nos últimos anos a transferência de verbas do OE não atendeu ao aumento de despesas com a instituição, destacando que as verbas transferidas pelo OE nem sequer cobrem os custos com o pessoal.

Terminou, sublinhando a importância desta vinda e a auscultação das dificuldades sentidas pela Universidade.

A Senhora Deputada Nilza de Sena (PSD) referiu pretender usar da palavra para mencionar que das audições sucessivas ao Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, outro quadro, que não o hoje aqui exposto, seria de admirar, enaltecendo, em consequência, a coragem da Instituição.

Reportou-se, depois, ao [Programa + Superior](#) que foi uma medida que distinguiu o interior, promovendo o aumento do número de alunos, o qual foi fundido, neste Governo, com outro programa, misturando as suas missões, que estavam a ser canalizadas para efeitos distintos.

De seguida, saudou o esforço feito pela Instituição, que, ainda assim, conseguiu aumentar as suas qualificações.

Referiu que todos os dias ouvimos que estamos num novo País, onde já não existe austeridade, considerando que a situação ora reportada é uma «pedrada no charco de chamada à realidade».

Perguntou, depois e face à ausência de resposta por parte da tutela, quais os passos seguintes, que recursos dispõe a Universidade, e o que é que eventualmente já foi discutido no Conselho Geral como ponto de saída desta situação.

Devolvida a palavra ao Senhor Reitor para resposta, foi pelo mesmo referido que a questão do subfinanciamento não é de agora, tratando-se de um problema já com 12 anos, durante os quais vários Governos se sucederam.

Referiu, depois que o subfinanciamento é uma doença, é «algo subterrâneo que vai minando e minando e depois desaba».

Sublinhou, de seguida, que não está contra ninguém, lamentando, contudo, a falta de empenho por parte da tutela.

Referiu que iniciou o cargo de Reitor com um Governo de maioria diferente, ao qual chamou a atenção para a necessidade de reforço de verbas, sendo inacreditável que a Universidade do Porto e a de Lisboa recebem, em média, mais € 400 por aluno que a UBI, quando os custos operacionais desta última, são muito superiores, uma vez que face à sua localização se vê forçada a contratar com exclusividade, o que representa um custo acrescido.

Considera que o instrumento que poderá fazer face a estas assimetrias é o Orçamento de Estado, pois que o atual discrimina contra a UBI.

Referiu, depois, que o subfinanciamento do Ensino Superior é uma evidência, mas que há que distinguir entre um subfinanciamento de primeira ordem e outro de segunda ordem. O caso da UBI é assintomático.

Expôs que em 2015 a tutela, o CRUP e o CCIPS acordaram uma nova forma de financiamento. Com esta nova maioria governativa, a UBI decidiu aguardar, mas neste momento não aguenta mais, e tem de fazer esta chamada de atenção.

Apelou, assim, ao facto de serem uma Instituição sólida, no interior de um país desigual, onde são, ainda, uma forte esperança para a captação de jovens.

Sublinhou que o que vieram aqui expor é realismo puro, que pode descambar em alarmismo, porque tudo depende de como é percecionado.

Referiu, ainda, que gostavam que o País fosse solidário para com esta situação que é injusta e iníqua.

Mais, expôs que as políticas da ciência também não têm contribuído para o Ensino Superior, pois que ao abrigo do [Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto](#), a UBI só tem 3 docentes.

Terminou, apelando a que a UBI seja contemplada com uma dotação que permita terminar de forma séria, pois que caso contrário a universidade acabará com um défice de 1 milhão e 200 mil euros, sendo certo que a Universidade não está disposta a «martelar contas», mas também não pretende acabar «no osso».

A audição foi gravada em [vídeo](#) e transmitida pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa maiores desenvolvimentos nesta sede.

A documentação entregue está disponível para consulta na [página da Comissão](#).

Palácio de São Bento, 19 de setembro de 2017

A assessora
Ágata Leite